

'REVOLUÇÃO' OU SUBVERSÃO NA UNIVERSIDADE EM INGLATERRA?

Recentemente em Londres, um grupo de homens de ciência, de letras, e das artes dos mais notáveis do país convocaram uma reunião para lançar o Council for the Defence of British Universities. Entre eles contam-se Lord Bragg, Alan Bennett, Sir David Attenborough, Richard Dawkins, o ex-poeta laureado Andrew Motion, a romancista Dama AS Bayatt, o dramaturgo Michael Frayn, o astrónomo real Lord Rees, o historiador Sir Keith Thomas.....Qual é a ameaça?

O actual governo britânico está a levar a cabo uma verdadeira revolução na Universidade em Inglaterra que justifica pela redução da participação financeira do Estado e pela necessidade de maior aplicação e relevância dos estudos universitários no desenvolvimento e competitividade do país no mundo actual. As Universidades do Reino Unido têm gozado até agora de uma reputação internacional única entre as instituições deste país ocupando quatro dos seis primeiros lugares no *Qs/USNWR World University Rankings*, três dos 10 primeiros no *Times Higher World University Rankings* e dois dos 10 primeiros no *Academic Rankings of World Universities* indo os restantes para instituições nos Estados Unidos da América. E no entanto o seu futuro encontra-se ameaçado por um programa de reformas radicais não mandatado democraticamente pelo eleitorado e fortemente determinado pela doutrina neo-liberal que o informa.

Esta transformação dramática da Universidade implica já este ano um aumento enorme das propinas, que em muitos casos triplicam atingindo 9,000 libras quando há 15 anos atrás não existiam, e o corte de 80% no financiamento público directo do ensino graduado (licenciatura).O financiamento público do ensino superior no Reino Unido era já, mesmo antes destas alterações, inferior quando comparado com os outros países desenvolvidos enquanto o investimento privado (companhias, indústria) era também baixo e decrescente. Hoje as propinas no Reino Unido são, em média, as mais elevadas do mundo e individualmente apenas as de algumas Universidades americanas privadas as excedem.

Com o financiamento público drasticamente reduzido vem a imposição rígida das prioridades da política e dos negócios, da lógica empresarial. O financiamento da investigação na ciência é desviado para responder aos requisitos da indústria, o financiamento das humanidades ligado a *slogans* político-partidários. As universidades, vistas no passado como comunidades de gestão autónoma de estudantes e professores em busca de um melhor conhecimento são agora sujeitas a um esquema de gestão copiado das corporações privadas, focado na obtenção de índices de execução máximos que em nada incorporam aquilo que as universidades pretendem realizar.

Num artigo recente no *Times Higher Education* o historiador e antigo presidente da Academia Britânica Sir Keith Thomas referia que 'o verdadeiro propósito da Universidade' estava a ser 'grosseiramente distorcido pela tentativa de criar um mercado na educação superior'. Os estudantes são 'vistos como consumidores e encorajados a investir num curso universitário

que pensem ser aquele que mais probabilidade tem de lhes proporcionar maiores ganhos futuros'. Segundo ele os 'académicos são agora vistos como produtores cuja investigação se espera seja focada em tópicos com valor commercial e cuja produção seja medida segundo uma escala única e classificada como sacos de trigo'.

Um outro aspecto não menos alarmante desta nova 'revolução consiste na recente imposição por parte do Governo de que as Universidades provem o seu impacte na vida pública. Este impacte da investigação de todo e qualquer departamento contribuirá pela primeira vez com 20% na classificação final quando as Universidades forem avaliadas para o *Research Excellence Framework*, classificação que determina o financiamento por parte do Estado.

Vários académicos reagiram vivamente a mais esta imposição referindo que um insuficiente impacte público pode transformar uma candidatura boa em medíocre, e que o valor de um projecto, em determinadas áreas não pode de facto ser previsto à partida, sendo esse aspecto em parte a razão da própria investigação. Outros tentam no entanto explicar esta politica referindo que pretende apenas acomodar a exigencia por parte do governo de que a despesa pública seja justificada sendo-lhes contestado que ainda que tal preocupação seja razoável se o trabalho em questão visa a produção de ideias e cultura, como é o caso na investigação nas artes e nas humanidades, então o que produz não é tangível, mensurável, ainda que não seja por isso menos importante.

Ainda que haja grande contestação em relação a esta imposição alguns academicos estão menos apreensivos referindo que apenas se requiere que um em cada dez dos investigadores em cada departamento submeta um estudo de impacte público mas outros argumentam que haverá inevitavelmente uma tendência no futuro para se dar prioridade a projectos mais facilmente entendidos pelo público. Em determinadas áreas a reacção a esta nova política foi particularmente vocal. O Professor Andreas Fring vice-reitor para a investigação da City University é de opinião que o Governo é fundamentalmente incapaz de perceber como surge e ganha forma a investigação de ponta em certas áreas. Num extremo está a matemática que se destina a desenvolver 'ferramentas', sem imediato benefício económico; e no outro desenvolvem-se teorias, ainda por confirmar cuja verificação pode ou não ocorrer nos próximos 50 anos mas ainda sem ter aplicação practica. E a aplicação, se a tiver, pode não ter impacte. Particularmente nefasta é a consequencia, segundo ele, de que uma cultura em que o impacte é tão valorizado, traz consigo o risco dos jovens investigadores condicionarem os seus interesses científicos de forma a seguirem o dinheiro. Segundo outros a pressao do Research Excellence Framework já presentemente distorce as propostas de investigação e os resultados.

Finalmente pretende-se ainda que o envolvimento do público com a investigação de um determinado académico seja um dos critérios segundo os quais o impacte possa ser avaliado e daí portanto decorre que a presença na televisão ou na rádio do investigador seja agora um meio considerado importante para promoção da proposta do departamento. Mas tal envolvimento é também visto como mais uma distração, pelo tempo que requiere, e um desfoque da actividade fundamental do académico com perda de qualidade da investigação e do ensino.

Estes modelos de gestão, na opinião geral, empobrecem o ensino , minam a criatividade, trivializam a investigação e alienam os professores.

Não existe presentemente uma instituição que defenda os valores da Academia e os elementos institucionais mais apropriados para os promoverem. Os numerosos grupos como *Universities Uk* etc representam fundamentalmente administradores superiores das universidades cujo principal papel é promover os interesses financeiros. Por outro lado os sindicatos defendem essencialmente as condições de trabalho dos seus associados mas não necessariamente os valores que definem e representam o seu trabalho. Por último as várias sociedades , científicas, literárias, de história, de sociologia, etc, defendem de facto um particular ramo de conhecimento mas não o seu ensino.

Como resultado, estas propostas do Governo que de facto subvertem princípios académicos fundamentais, não tem encontrado oposição efectiva. O *Council for the Defence of British Universities* criado na recente reunião pretende dar-lhe uma voz que se faça ouvir.

João Monjardino

Professor Jubilado, Imperial College Londres

JM escreve com a antiga ortografia